



40 anos  
UnB à frente!

Lauro Morhy  
organizador geral

Volume 2

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial

EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

*Brasil em Questão* foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial

*Fernando Henrique Cardoso*  
Presidente da República

*Paulo Renato Souza*  
Ministro da Educação

*Francisco César de Sá Barreto*  
Secretário de Educação Superior

## **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

### **Conselho Diretor**

*Lauro Morhy* – Presidente  
*Antônio C. de Matos Paiva*  
*Carlos Alberto Rodrigues da Cunha*  
*Carolina Martuscelli Bori*  
*Flávio Rabelo Versiani*  
*Inocência Mártires Coelho*  
*Gileno Fernandes Marcelino*  
*Jacques Rocha Velloso*

## **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Reitor: *Lauro Morhy*  
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*  
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*  
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*  
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*  
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmair Weidle*  
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*  
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*  
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*  
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial

Organizador Geral

**Lauro Morhy**

Co-organizadores

**Marcos Formiga**

**Regina Marques**

**Adler Andrade**

**Tânia Costa**

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

---

**2002**

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.ª DR.ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B823                      Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-  
                                    cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-  
                                    dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :  
                                    Editora Universidade de Brasília, 2002.  
                                    264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.  
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro  
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

---

## Sumário

### APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

### Parte I

#### Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto  Ciro Gomes 15

14 de agosto  Anthony Garotinho 63

04 de setembro  Luiz Inácio Lula da Silva 97

### Parte II

#### Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

### Parte III

#### Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES  
Associação Nacional dos Dirigentes das  
Instituições Federais de Ensino Superior 201

Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	207
Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância	229
Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais	233
Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	247



An abstract painting in shades of brown and tan. It features a large, stylized face in the center, composed of simple shapes like circles and rectangles. The background is textured with various brushstrokes and layered colors, creating a sense of depth and movement. The overall style is reminiscent of mid-20th-century abstract art.

**Respostas**  
**Fórum *Brasil em Questão***

**José  
Serra**

**José Maria  
de Almeida**

**Rui Costa  
Pimenta**

**Parte II**



■ **Pergunta nº 1:** Sua proposta de governo prevê a estruturação de “(...) pelo menos 100 grandes projetos mobilizadores e estratégicos entre universidades e empresas, na forma de consórcios pré-competitivos, redes e novos arranjos institucionais de suporte à competitividade”, como forma de fomentar uma política consistente de apoio à ciência, tecnologia e inovação. O senhor poderia explicar quais seriam os dez principais projetos e em que consistiriam os consórcios, redes e arranjos institucionais a eles associados?

**José Serra:** Além de um ambiente macroeconômico estável, a segunda problemática central para o ambiente de inovação diz respeito à interação universidade empresa. Esse é um aspecto tão central que foi criado um Fundo de Interação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, muito mais conhecido como Fundo Verde-Amarelo, o qual também permite incentivar diretamente o capital de risco.

A relevância desse tema levou a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação a debater o tema específico dos desafios institucionais da C&T no Brasil, ou seja, os gargalos institucionais. Em síntese, a necessidade de reformas e de políticas

---

José Serra é candidato à Presidência da República pela Coligação “Grande Aliança” (PSDB / PMDB).

voltadas a consolidar um sistema nacional de inovação, especialmente focalizando a ação governamental no fortalecimento das interfaces entre setor público e setor privado. A Lei da Inovação, a ser examinada pelo Congresso Nacional, foca a sua atenção nas mudanças institucionais importantes, no sentido de maior agilidade e flexibilidade das instituições de pesquisa públicas, abrindo novas oportunidades de cooperação com o setor privado.

Quem analisa o atraso institucional e as enormes desvantagens que o sistema de C&T nacional tem em relação a seus congêneres internacionais sabe que esse não é um tema banal. Há que ter clareza que avanços reais nessa área pressupõem enorme capacidade de diálogo com todos os envolvidos. Política Nacional afirmativa para o setor requer consenso dos principais atores, consenso que deve transcender as distintas percepções, visões e temporalidades dos diversos atores que interagem para definir as prioridades do sistema de C&T.

É preciso aqui aprender com a experiência internacional. Em muitos países, as políticas de incentivo à inovação dão ênfase, além do comprometimento com o financiamento público, a uma série de incentivos para a colaboração entre empresas, entre Universidade e empresas, com foco na colaboração público-privado, na formação de redes, na mobilidade de pesquisadores e na flexibilidade institucional. Esses são imperativos da estruturação de efetivos sistemas nacionais de inovação.

O Fundo Verde-Amarelo abre imenso espaço de experimentação nessa direção. A Lei da Inovação permitirá ir além, também em termos de novos arranjos institucionais. Os fundos setoriais (CTEnerg, CTPetro, CTAgro, Funttel, CTInfo, etc.) assim como a MP 66 de Incentivos Fiscais, de modo geral, ampliam o leque de instrumentos que poderão ser utilizados. Mas, já há

exemplos concretos a seguir. Um exemplo do que se pode esperar da colaboração Universidade–Empresa na montagem de Projetos Mobilizadores é o Projeto Genolyptus, lançado em 2001. São 12 empresas, 7 Universidades e 3 centros da Embrapa. É uma rede que seria impossível de ser feita apenas com um ou outro ator. É uma das maiores redes de pesquisa sobre eucalipto no mundo. Ela pressupõe mobilizar toda a competência existente – Universidades, empresas e institutos de pesquisa – para aumentar a competitividade da indústria.

O depoimento das lideranças empresariais do setor de papel e celulose é mais do que ilustrativo sobre o que o governo pode e deve fazer. As lideranças do setor privado que participam desse empreendimento são unânimes em afirmar: seria impossível a eles configurarem sozinhos essa rede. Não é um problema de recursos. A dimensão de articulação de tantos atores e o efetivo início de uma colaboração, antes inexistente, entre as próprias empresas, gera uma externalidade que nenhum ator privado teria condições de levar a cabo. O governo aqui faz diferença para as empresas. Aloca recursos para criar uma base de conhecimento fundamental para a competitividade do setor. Essa é a melhor definição de economia do conhecimento.

### Ênfase em projetos mobilizadores e estratégicos

No plano internacional existem centenas de casos. Somente na área da Internet temos os *test-beds* que cortam toda Europa e EUA/Canadá, como: Renater, PSNC, DFN, ATRIUM, GEANT, CANET etc. Essa experiência internacional e mesmo nacional mostra o enorme potencial de projetos dessa natureza. O Pró-álcool é um exemplo do passado de mobilização público-

privada semelhante. Novos exemplos são: a fruticultura irrigada (uvas sem sementes, produção integrada, etc.); a pecuária de corte (rastreadibilidade); a introdução de algodão colorido e/ou transgênico; a introdução de novos materiais na siderurgia e no setor automotivo; a produção de vacinas (tuberculose, por exemplo); a aplicação de nanotecnologia em processos de catálise na petroquímica ou na produção de biossensores para indústria alimentar, a produção de biocombustíveis, a aplicação da genômica na melhoria de cultivos ou busca de soluções para pragas agrícolas, a pesquisa da malária, o aproveitamento da biodiversidade amazônica, célula combustível, etc.

Essas são áreas em que a parceria universidade–empresa já existe, porém de forma limitada e pode ser bastante ampliada, pois essa cooperação é o principal fator cultural limitador do processo de integração e formação dos consórcios.

Todos esses projetos, portanto, devem ser estimulados a serem estruturantes e mobilizadores, assim como já está nascendo mais um o Projeto GIGA –TIDIA semelhante aos casos europeus já citados e que envolverá operadoras de telecomunicações, fornecedores e centros de pesquisas.

■ **Pergunta nº 2:** Sua proposta de governo afirma a necessidade de “(...) incentivar o desenvolvimento das localidades mais pobres e promover a integração das regiões Norte e Nordeste ao desenvolvimento nacional”. Quais medidas efetivas serão tomadas para que isso ocorra, além da já anunciada recriação da SUDENE?

**José Serra:** Em relação ao Nordeste, teremos seis ações prioritárias, cujos principais objetivos são a melhoria da qualidade de vida, o aumento da competitividade e a geração de mais

empregos na região. São elas: a construção da Ferrovia Transnordestina; a criação da Rodovia Atlântica do Nordeste, com a duplicação da BR-101; o investimento médio anual superior a R\$ 850 milhões em obras de saneamento; a ampliação do turismo, com a implantação do Prodetur Nordeste II; a revitalização do Rio São Francisco e adoção de uma política de gestão de recursos hídricos que leve em conta a questão ambiental; e a expansão da agricultura irrigada.

Tudo isto é necessário para dar infra-estrutura ao Nordeste. Nos últimos anos, a região tornou-se fortemente atrativa de investimentos em vários setores industriais, com destaque para os intensivos em mão-de-obra – calçados, alimentos, confecção e têxtil. Meu governo buscará o fortalecimento e a integração das diferentes etapas da cadeia produtiva, o que permitirá agilizar os fluxos de distribuição de matérias-primas e bens finais, além de facilitar a melhoria da qualidade dos produtos. A estratégia será reforçada por uma política de incentivos que dará mais prioridade a setores produtivos do que a companhias isoladas, além de contemplar o fomento a consórcios produtivos de pequenas e médias empresas.

Os incentivos deverão ser concedidos buscando, preferencialmente, gerar efeitos benéficos ao longo de toda a cadeia produtiva, de modo a formar conjuntos industriais sólidos e competitivos na região nordestina. Pulverizar recursos no apoio a negócios desconexos seria a repetição de erros do passado. Por isso, a ação governamental incluirá política ativa de atração de investimentos, voltada para o fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas, a partir da ampliação da oferta de matérias-primas e serviços necessários ao desenvolvimento desses setores.

Por outro lado, como os indicadores sociais do Nordeste são extremamente insatisfatórios, é preciso uma ação forte para melhorá-los. Os números refletem baixa qualidade de vida para

grande parte da população nordestina, que sequer tem acesso adequado à água. Assim, com vistas na melhoria das condições da região, meu governo implantará medidas voltadas para a redução imediata dos índices de pobreza. As ações incluem política hidroambiental para solucionar o problema da água, tanto para o consumo humano quanto para a produção agrícola; o estímulo ao empreendedorismo; e novas estratégias de convivência com o semi-árido, contemplando desde o fomento à pesquisa voltada para esse ecossistema até o aumento da produtividade das atividades econômicas já desenvolvidas ali.

Em relação à Região Norte, criarei um organismo equivalente a um ministério para substituir a extinta SUDAM. Este organismo coordenará os incentivos fiscais, os investimentos públicos, os financiamentos externos e internos (Banco da Amazônia), os projetos agrícolas, industriais e de turismo. A ele caberá a tarefa de formular política de desenvolvimento sustentável para a região, que seja compatível com a preservação ambiental e leve em conta os anseios da população local e os planos elaborados pelos governos estaduais. A Amazônia que desejamos é uma Amazônia produtora, que utilize seu potencial para acelerar o crescimento dos estados e criar muito mais empregos para seus habitantes. Só assim será possível diminuir as enormes diferenças sociais e econômicas entre a Amazônia e as regiões mais ricas do País.

Qualquer programa de atuação na Amazônia deve ainda considerar o fato de que as políticas de desenvolvimento aplicadas à região nas últimas décadas transformaram radicalmente o cenário socioeconômico e redefiniram sua importância no cenário nacional e internacional. Existe hoje no País a consciência de que, nesse processo, criaram-se problemas sociais e ambientais de enorme envergadura.



A resolução desses problemas e a implantação de formas de desenvolvimento menos agressivas ao meio ambiente e menos injustas socialmente exigem recursos humanos altamente qualificados. Essa capacitação não pode seguir os mesmos moldes daqueles que promoveram o desenvolvimento no Sudeste e Sul do País. São essas novas condições e essa premência que estabelecem a necessidade de um esforço muito mais concentrado. O marco mais geral de todas as colocações diz respeito à utilização de recursos naturais, incluindo:

1. o desenvolvimento do conhecimento sobre o ecossistema amazônico e de sua influência sobre as demais regiões, especialmente em termos climáticos;
2. o desenvolvimento de novas tecnologias que permitam superar os padrões destrutivos de exploração dos recursos naturais, aumentando a produtividade da ação econômica e contribuindo para a elevação do nível de vida da população;
3. a análise dos efeitos das diferentes formas de ocupação humana e de exploração dos recursos naturais, especialmente em termos de sua capacidade de promover danos irreversíveis ao ambiente e, inversamente, da possibilidade de implantação de sistemas auto-sustentados de produção;
4. análise das condições de saúde da população e das pesquisas sobre as principais endemias em sua relação com as condições socioeconômicas e desenvolvimento de formas de tratamento.

No âmbito de uma política integrada, é necessário dar seqüência a dois projetos inovadores já em curso e que são capazes de gerar impactos extremamente positivos:

1. O Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – PROBEM/Amazônia. Esse programa visa a implantar um Pólo de bioindústrias na região e contribuir para a diversificação da estrutura produtiva da Zona Franca de Manaus.
2. O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia – PROECOTUR. Esse programa tem, como principal objetivo, a implementação de Pólos de Ecoturismo em cada estado da região.

Devo adiantar, também, o comprometimento do meu governo em a realizar um conjunto de obras essenciais ao desenvolvimento da Amazônia, entre as quais destacam-se as seguintes:

- Conclusão da Estrada do Pacífico, BR-317 (Brasília a Assis Brasil): 110 km que permitirão importante ligação do Brasil com o Oceano Pacífico, passando pela fronteira com o Peru.
- Prosseguimento da pavimentação da Rodovia BR-364 (Sena Madureira a Cruzeiro do Sul): visa a melhorar a ligação de Rio Branco com o noroeste do estado, que, em razão das chuvas, fica intransitável durante metade do ano.
- Conclusão do Anel Rodoviário de Rio Branco: 16 km na BR-364 e uma ponte para facilitar o tráfego na interligação da BR-317 e BR-364.
- Conclusão da Rodovia BR-156, ligando Macapá à Guiana Francesa: 760km, importantes para a exportação e o desenvolvimento do Amapá, além de promover a integração do Brasil com os países da região norte da América do Sul.
- Conclusão da Rodovia BR-401, que liga Boa Vista a Bonfim, na fronteira com a Guiana: envolverá a construção da ponte binacional sobre o rio Itacuru e facilitará o acesso ao platô das Guianas.

- Viabilização da Exploração do Gás de Urucu: fornecerá a Manaus e Porto Velho cinco milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, que permitirão a geração de 900 megaWatts de energia elétrica.
- Apoio à construção do novo Porto de Manaus: construção de novo terminal de cargas e transformação do atual porto em terminal de passageiros, com enfoque turístico.
- Consolidação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA): construção e instalação de equipamentos laboratoriais, importantes para a exploração da biodiversidade da Amazônia.
- Construção da Hidrelétrica de Belo Monte: permitirá a geração de 11,2 mil megaWatts de energia que serão utilizados para garantir o abastecimento da região Nordeste.
- Pavimentação da Rodovia Transamazônica (BR-230): 1.109 km cortando a parte central do Pará, de leste a oeste, e unindo as hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Tapajós.
- Conclusão do Porto Graneleiro e a recuperação da Rodovia BR-364: importante para reduzir o custo de transporte da soja produzida no Centro-Oeste e que se destina aos Mercados da Europa e dos Estados Unidos.
- Conclusão das rodovias de vertebração da BR-364: importante para o escoamento da produção da região ao longo da rodovia.
- Construção da Ponte sobre o Rio Madeira: 1 km de extensão sobre o Rio Madeira, na BR-319, importante pela proximidade com Porto Velho.
- Proseguimento e conclusão da construção da Rodovia BR-364, trecho Comodoro-Sapesal-Diamantino: 370 km importantes para o eixo de transporte intermodal composto pela BR-364 Madeira-Amazonas.

■ **Pergunta nº 3:** A diversificação da matriz energética nacional é colocada, em sua proposta de governo, como um dos objetivos principais de uma política voltada para a infraestrutura. Em que consistiria tal diversificação, tendo em vista, por exemplo, que a proposta brasileira na *Rio+10*, de atingir 10% da oferta energética com fontes alternativas, não recebeu o endosso daquela Conferência?

**José Serra:** O binômio da infra-estrutura para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos é transporte e energia. No transporte, precisamos mudar a distribuição modal, reduzindo o rodoviário e aumentando o ferroviário, o dutoviário e o aquaviário. Na energia, precisamos de aumentar a geração termoeétrica, principalmente tendo o gás natural como base. A hidroeletricidade é fator de grande competitividade para o Brasil, mas, principalmente nas pontas de distribuição regional, precisamos de ter opções de geração que nos protejam das secas e nos assegurem suprimento de energia para o crescimento da produção e do emprego.

Não conseguimos ainda trazer o investimento privado para a infra-estrutura de maneira definitiva. Ferrovias, geração de energia e rodovias ainda dependem de recursos do setor público e o Mercado atacadista de energia ainda não está implantado. Sem investimento privado, não conseguiremos fazer as obras de infra-estrutura de que o Brasil precisa para crescer.

A falta de apoio da Conferência *Rio+10* à diversificação das fontes energéticas pode sinalizar dificuldades de financiamento para as opções menos poluentes no curto prazo. Mas não nos impede de incentivar o álcool como opção à gasolina e outros derivados de petróleo nem de aprofundar os estudos e preparar o caminho para a diversificação de nossa matriz energética no futuro.

■ **Pergunta nº 4:** Sua proposta de governo pretende “(...) estimular a complementaridade entre os setores público e privado, mantendo as universidades públicas como espinha dorsal do sistema de ensino superior nos campos da pesquisa e geração de conhecimento e formação de quadros de alto padrão”. Quais serão as principais medidas a serem tomadas para atingir esses objetivos, considerando, especialmente, a situação de indigência financeira das Instituições de Ensino Superior, como constatado em documento da ANDIFES encaminhado aos presidentiáveis?

**José Serra:** Em primeiro lugar, devo fazer ressalvas ao documento da ANDIFES. Nosso sistema público federal de ensino superior é, hoje, muito melhor do que era em 1994. Não há um só indicador de desempenho do sistema (matrículas, concluintes, salários, produção científica) que mostre algum retrocesso e a maioria indica avanços. Isto não significa que não existam problemas e carências.

Nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural depende, em boa medida, do bom desempenho da rede institucional de educação superior. No Brasil, papel determinante tem sido historicamente cumprido pelo sistema público, que vem desenvolvendo o que há de melhor no ensino superior – tanto em nível de graduação quanto no de pós-graduação – e na formação de grupos de pesquisa pura e aplicada, em todas as áreas do conhecimento. Além disso, as Universidades Públicas brasileiras têm-se destacado também na preservação, no fomento e na disseminação da ciência, da pesquisa, da cultura, das letras e das artes.

Com os progressos recentes na educação básica brasileira, e também como reação às mudanças no Mercado de trabalho, novos grupos sociais passaram a bater às portas da Universidade. E, para atender a essa demanda socialmente justa, o ensino superior no Brasil necessita de passar por um redimensionamento. É preciso garantir a expansão da oferta de educação superior promovendo a diferenciação institucional e a diversificação dos cursos no pós-médio. A política de ensino superior deve contemplar o conjunto heterogêneo de instituições públicas e privadas e sua inserção no contexto internacional de ensino e pesquisa científica.

O setor privado teve participação significativa na absorção da demanda crescente por ensino superior nos últimos oito anos. É absolutamente necessária uma cooperação entre os setores públicos e privados na oferta de educação superior no País. Essa cooperação, aliás, já existe. Hoje, cerca de 65% das matrículas no ensino superior já são oferecidas pelas instituições privadas. Para atender à crescente demanda por educação superior a partir da resolução do gargalo no fundamental e no médio, essa cooperação deve estreitar-se. À Universidade Pública deverá caber, como sempre coube, a formação dos pesquisadores e cientistas, e, às instituições privadas, a formação de ampla gama de profissionais; ambas de acordo com que a sociedade e a economia do conhecimento requerem e continuarão a requerer. Caso a Universidade Pública absorvesse todos os estudantes, teria de abrir mão do investimento humano em pesquisa, instrumento que a diferencia das outras e garante a excelência da sua missão.

Nesse contexto, a política para o ensino superior deve manter a expansão com qualidade do sistema brasileiro, assegurada por amplo e rigoroso processo de avaliação das

instituições de ensino. A aplicação dos instrumentos de avaliação como o Provão e a avaliação institucional teve efeito altamente positivo sobre a qualidade da oferta de ensino superior no Brasil. De um modo geral, os novos cursos, criados a partir da vigência dos critérios de avaliação, apresentam uma qualidade superior à de cursos de algumas escolas tradicionais. As instituições privadas têm conseguido manter e até melhorar seus indicadores de qualidade. Os resultados das sucessivas avaliações realizadas a partir de 1996 demonstram claramente uma evolução positiva da qualidade do ensino, indicada tanto pelo desempenho dos alunos nos exames nacionais, como pela melhoria dos demais indicadores da oferta.

A diversificação do sistema nacional de ensino superior é uma necessidade. Deve continuar tendo nas Universidades a espinha dorsal do sistema, para pesquisa e geração do conhecimento e promoção de ensino de alto padrão, mas deve comportar também instituições diferenciadas para o atendimento das necessidades de formação de recursos humanos das mais variadas características de um Mercado de trabalho em permanente mutação.

■ **Pergunta nº 5:** Aprovar novo marco jurídico do setor de saneamento é, de acordo com sua proposta de governo para as áreas da saúde e saneamento básico, essencial para definir a participação dos municípios e estados na titularidade da concessão dos serviços. Em que consistiria e como seria definido esse novo marco jurídico, quando se sabe, por um lado, que é pelo acesso gratuito à água tratada que se salvam muitas vidas no Brasil e, por outro, que é a água contaminada responsável pelo alto índice de mortalidade, especialmente na primeira infância?

**José Serra:** Saneamento, mais do que saúde, é vida. Quando estive à frente do Ministério da Saúde, pude constatar a quantidade de pessoas que adoecem e/ou morrem por doenças evitáveis por ações de melhorias das condições de saneamento básico. Aumentei em nove vezes os recursos aplicados, a fundo perdido, nesta área. Em 1997, ano anterior à minha posse, foram aplicados R\$ 158,0 milhões. No ano passado, atingimos R\$ 1.413,0 milhões.

Mas não bastava apenas aumentar os recursos para expansão dos serviços. Estabeleci, também, o que há mais avançado no mundo em termos de legislação, procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Com relação ao marco jurídico regulatório do setor saneamento, considero de fundamental importância a sua definição para o setor. Aliás, eu mesmo, como Ministro do Planejamento, elaborei o primeiro Projeto de Lei sobre o assunto, que ainda está em tramitação no Congresso Nacional. Uma questão básica será a definição de competências quanto ao poder concedente no abastecimento de água e nos serviços de coleta e tratamento de esgotos. A Constituição não estabelece com clareza essa competência e a falta de consenso a respeito impediu a sua aprovação pelos deputados e senadores.

Este marco regulatório terá de ter como finalidade a universalização dos serviços e conterà necessariamente no seu bojo uma Política Nacional e as diretrizes nacionais para a prestação, regulação e a fiscalização do serviço público de saneamento. A partir de seu estabelecimento, e também da recuperação financeira dos agentes públicos que atuam no setor, certamente os investimentos em saneamento serão retomados, atingindo os níveis compatíveis com as necessidades do País.



No meu governo, agilizarei a discussão e a tramitação no âmbito do Congresso Nacional, com a participação de todos os setores envolvidos, incluindo a sociedade organizada.

■ **Pergunta nº 6:** De acordo com sua proposta de governo, o senhor pretende prosseguir nas negociações da ALCA, adotando postura cautelosa e guiando-se pelo interesse nacional. O senhor poderia explicar mais detalhadamente como isso ocorreria?

**José Serra:** O Mercado mundial é realidade objetiva, e a construção de sistemas de regulação multilaterais é uma palavra de ordem de todos os governos democráticos do pós-guerra. O multilateralismo e o livre comércio são bandeiras diplomáticas de todos os países. Na prática, porém, os países desenvolvidos continuam a manter sistemas de proteção e subsídios que impedem o avanço comercial dos demais países. Para o Brasil, o importante é abrir espaços para nossa produção nos acordos multilaterais e também nos bilaterais.

Na ALCA, temos de colocar nossa pauta setorial, como fazem os demais países. Negociar as oportunidades de acesso ao grande Mercado americano em cada setor e valorizar os interesses das empresas norte-americanas nas concessões reivindicadas por eles. A ALCA ainda é apenas um projeto, uma agenda, mas não podemos negá-la por princípio, sob pena de isolacionismo ideológico. Mas jamais haveremos de assiná-la, se os benefícios para o Brasil não forem compensadores. Não podemos abrir nossa economia no âmbito do hemisfério além do que podemos fazê-lo em nível mundial, se nossos pleitos não forem atendidos no bojo das negociações da ALCA.

## RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE C&T\*

■ **Pergunta nº 1:** Inovação tecnológica e competitividade das empresas brasileiras

**José Serra:** A inovação é o motor da competitividade em qualquer empresa de hoje. Mais ainda em nosso caso, em que a sobrevivência em um Mercado aberto e competitivo deve ser cada vez mais dependente da capacidade de inovação. Várias ações já estão em curso, notadamente os Fundos Setoriais e o Projeto da Lei da Inovação. Mas devemos ir além e favorecer a inovação a florescer dentro do próprio processo produtivo, dentro da própria empresa, em que os desafios estão e onde é mais rápida a sua apropriação.

■ **Pergunta nº 2:** Meta de aplicação de recursos (públicos e privados) em P&D, como proporção do PIB: áreas a serem priorizadas

**José Serra:** Espera-se chegar a um investimento público e privado de 1,36% do PIB, em 2006, o que possibilitará chegarmos a 2% do PIB, em 2012. Entre as várias áreas, vale destaque especial à biotecnologia, por seus impactos sobre a saúde e a agricultura, além de toda a capacidade já desenvolvida.

■ **Pergunta nº 3:** Regionalização das ações de C&T: iniciativas para reduzir as desigualdades regionais a partir de investimentos em C&T e Inovação.

\* As propostas para C&T aqui apresentadas foram editadas do conjunto de entrevistas feitas pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, primeiramente publicadas no Informativo *Gestão C&T – Informação e Comunicação para os Sistemas Estaduais de C&T*, Centro ABIPTI de Informação Tecnológica, ano 2, número 23, ago. 2002, p. 3 a 7.

**José Serra:** O modelo de repasse de recursos para a execução estadual deve ser reafirmado, sempre em grande sintonia com as políticas do MCT, considerado seu caráter nacional. A heterogeneidade do País é realidade que se coloca em todos os campos da vida nacional. Na CT&I, a construção de unidades de excelência, com enfoque regional, coloca-se como primordial. Por outro lado, a capacitação e a difusão da tecnologia serão os motores da viabilização da apropriação dos avanços por todos os brasileiros. A valorização da difusão é o grande elemento viabilizador da evolução da capacidade regional no desenvolvimento científico e tecnológico.

■ **Pergunta nº 4:** Manutenção de instrumentos de financiamento à pesquisa e à inovação, como, por exemplo, os Fundos Setoriais.

**José Serra:** Os recursos para CT&I serão preservados entre os recursos orçamentários, considerando que as linhas de pesquisa necessitam de continuidade, ao menos no médio prazo.

■ **Pergunta nº 5:** O projeto de Lei da Inovação estabelece medidas de incentivo à pesquisa e à inovação e cria mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas na sua relação com as empresas. Quais outros mecanismos poderiam ser propostos no sentido de promover a inovação como estratégia de aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro?

**José Serra:** Em si, a Lei da Inovação é crucial, mas ela será complementada com ações efetivas. Serão mobilizadas as competências empresariais e acadêmicas para criar condições estruturais de competitividade. Além da articulação entre empresas

e entre Universidades e empresas, o governo investirá na infraestrutura tecnológica de suporte à competitividade. Serão realizados investimentos nas tecnologias industriais básicas (TIB), compreendendo ações nos campos de metrologia, normalização, avaliação de conformidade, tecnologias de gestão, informação tecnológica e propriedade intelectual. Atenção especial será dada ao capital de risco, forma de financiamento especialmente adequada para pequenas e médias empresas de base tecnológica.

Embora muitas das precondições para o florescimento da atividade de capital de risco estejam presentes no Brasil, falta estrutura institucional abrangente e coerente, capaz de unir os agentes que desejam participar desse Mercado. Para criar essa base, será mobilizada a FINEP, o BNDES e a CVM, ampliando as ações dos Projetos Inovar e do BNDESPAR, bem como as iniciativas já em curso no próprio Mercado acionário, a exemplo do Novo Mercado.

■ **Pergunta nº 6:** Papel do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão de assessoramento do MCT criado em setembro de 2001 como um dos resultados da Conferência Nacional de CT&I.

**José Serra:** O Centro é muito mais que um órgão de assessoramento. Sua missão é viabilizar a parceria e alavancar o desenvolvimento em C&T, unindo esforços de várias entidades públicas e privadas, identificando gargalos e incentivando a difusão da tecnologia. Além disso, ele deve promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, dos programas e dos projetos científicos e tecnológicos.





os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio  
Lula da Silva • José Serra • José Maria de  
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -  
Associação Nacional dos Dirigentes das  
Instituições Federais de Ensino Superior • **ABMES**  
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino  
Superior • **ABED** - Associação Brasileira de  
Educação a Distância • **ABRUEM** - Associação  
Brasileira dos Reitores das Universidades  
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -  
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058